

CAMPANHA SALARIAL 2004: 16% JÁ MAIS POLÍTICA SALARIAL

A Assembléia Geral de Docentes realizada em 24 de março último e que deflagrou nossa campanha salarial de 2004, aprovou as propostas indicativas do Fórum das Seis Entidades para nossa pauta de reivindicações, detendo-se, por um tempo maior, sobre o índice de reajuste a ser reivindicado. Após muitas discussões, que mostraram quanto os docentes estão conscientes da necessidade urgente de reposição salarial de perdas inflacionárias e da situação delicada do precário financiamento público das universidades estatais pelo Governo de São Paulo, foi aprovado que se encaminhasse ao Fórum o indicativo de 10,5% de reajuste imediato.

No dia 30 de março, na reunião de todas as entidades que compõem o Fórum, foram avaliados os indicativos das assembleias de cada categoria, identificando-se que a maioria havia deliberado pela reivindicação de **16% já + Política Salarial**, além da devolução dos 5% *garfados* pelo Alckmim, a pretexto de recursos para as aposentadorias e pensões. Por consenso, como em todas as ocasiões, esse índice foi adotado como reivindicação de todos nós (Ver pauta completa na p. 4).

Como afirmou Francisco Miraglia, no último dia 25 de março, durante sua fala no Ciclo de Debates sobre a contra-reforma universitária, o salário na universidade pública não é mais bruto, nem líquido – tornou-se gasoso. Desaparece mal depositado na conta.

A sobra de mês no final do salário mais uma vez amplia-se à medida em que nos aproximamos do período de data base.

Nossa mobilização em 2000 recompôs o poder aquisitivo de maio-1995, entre abril/2000 e maio/2001, como mostra o gráfico 1. No entanto, nas negociações dos anos seguintes conseguimos reajustes anuais determinados pelo índice IPC-Fipe; esse índice, por várias razões que já discutimos inúmeras vezes - entre os quais, trabalhar com média geométrica e substituir na cesta de produtos aqueles que têm variação excessiva no preço - não reflete as perdas que efetivamente vamos acumulando ao longo do tempo.

Dito de outra forma, no médio e longo prazo, o índice IPC-Fipe acumula variações abaixo dos outros índices inflacionários disponíveis. As-

Nesta campanha salarial precisamos chamar o governo à responsabilidade com o financiamento dos serviços públicos.

CICLO DE DEBATES Reforma ou demolição? O que está em jogo?

12 HORAS - AUDITÓRIO DA ADUNICAMP

14/4 – Financiamento da Universidade Pública

- Aloísio Teixeira (UFRJ)
- Wilson Cano (Unicamp)

15/4 – A universidade pública no Brasil de hoje

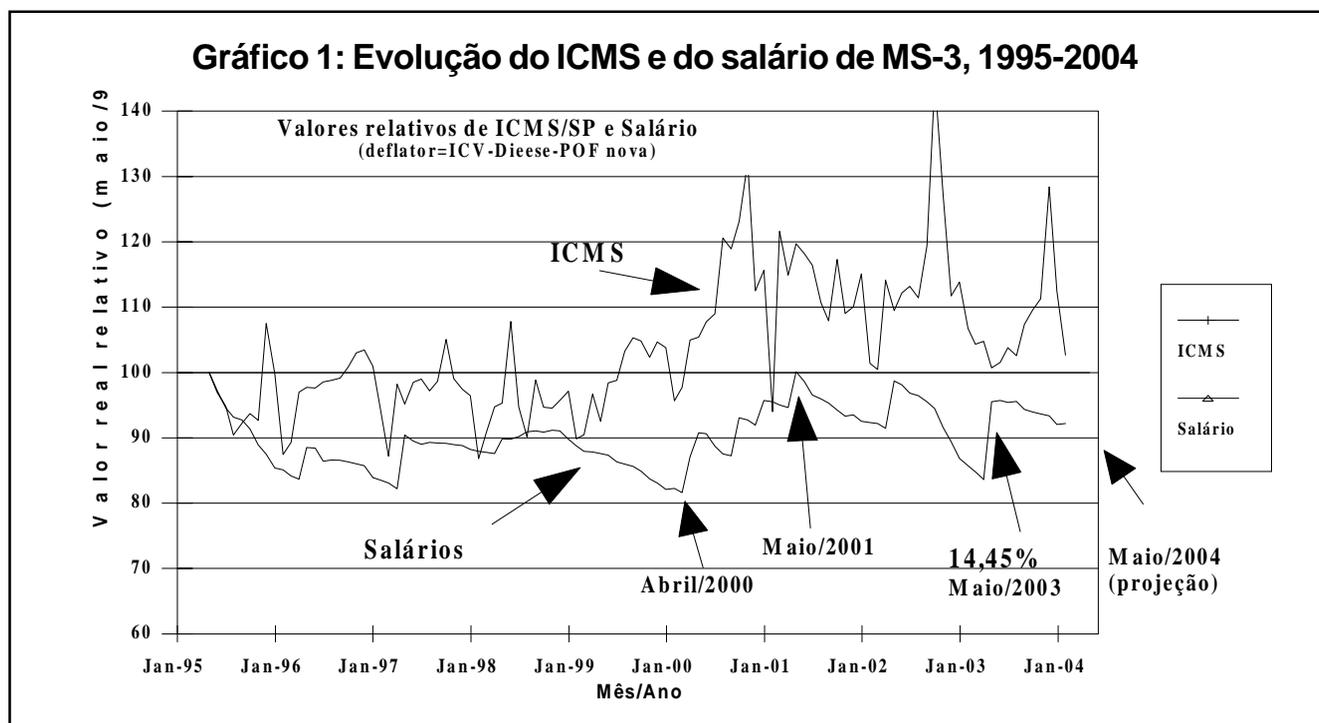
- Carlos Henrique de Brito Cruz (Unicamp/Cruesp)
- Wrana Maria Panizzi (UFRGS/Andifes)

A programação completa está no endereço:
www.adunicamp.org.br

ELEIÇÃO PARA DIRETORIA DA ADUNICAMP Gestão 2004/2006

Eleição: dias 18 e 19 de maio

Período para inscrição de chapas:
05/04 a 07/05,
na secretaria da Adunicamp.



sim sendo, nossos salários deverão acumular, até maio deste ano, uma perda salarial de 10,5%, com base no ICV-Dieese (projetando-se para abril e maio a inflação mensal nos últimos seis meses, ou seja, 0,6% ao mês). Considerado outro índice, o IGP-DI da FGV, por exemplo, esta perda chegaria a 22,6%.

Analisando a planilha do comprometimento salarial acumulado das três Universidades Estaduais Paulistas em 2003, vê-se que este atingiu o patamar de 91,28%. A despeito das perdas salariais que acumularmos, o risco é de, novamente, ouvirmos o discurso recorrente de que os salários de docentes e funcionários estão por inviabilizar o funcionamento das universidades. É fundamental, portanto, que analisemos esta situação e tracemos diretrizes para enfrentá-la.

Ocorre que o problema não está nos salários, mas na arrecadação e no percentual definido para as Universidades. Pela gráfico 1, pode-se perceber visualmente que o crescimento real observado no ICMS nos anos de 1999 e 2000 vem sofrendo um decréscimo nos anos subsequentes. O governo não tem combatido uma evasão fiscal que

beira os 50% do potencial arrecadador. Enquanto compactua com a sonegação, contorna os problemas de caixa aviltando o salário dos servidores públicos. No ano passado o reajuste foi zero e ainda instituiu o confisco salarial de 5% a título de contribuição previdenciária, mas que estão indo parar nos cofres do tesouro e, no caso das universidades, estão retidos internamente.

Por outro lado, na gráfico 2 mostramos a evolução de nosso salário real médio desde 1980 (deflacionado pelo ICV-Dieese). Ou seja, neste caso considerou-se a depreciação do poder aquisitivo no transcorrer do ano, o que é função da política salarial a que estivemos submetidos em cada período. Fica evidente que, após a fixação dos repasses para as Universidades Estaduais Paulistas em 1989, sofremos um achatamento salarial que em 2003 chegou a 49%.

Perceber que a inegável recuperação salarial que vimos conquistando desde 2000 torna-se pequena quando a referência é o período pré 1989, ao mesmo tempo em que confirma o que todos sentimos em nossas qualidades de vida, ou melhor, na perda de qualidade, é assustador.

Tabela 1 - Comparação de salários de Professor Doutor				
USP, Unesp, Unicamp			Unimep	
Atual	Reajuste 16%	Reajuste 49%	Doutor I	Doutor III
4.776	5.540	7.111	8.320	9.173

O tempo apenas torna mais evidente aquilo que vimos falando desde 1989: o repasse da quota parte para as universidades – fixado em 8,4% do ICMS naquele ano e posteriormente elevado para 9% e 9,57% desde 1995 – é insuficiente. Ressalte-se que nos quatro anos precedentes a 1989, a média ficava em torno de 12%. É por isso que regularmente temos submetido à Assembléia Legislativa de São Paulo uma emenda que propõe elevar este valor para 11,6%, o que tem sido fortemente combatido por sucessivos governadores.

Importante: apenas este tipo de medida já viabilizaria um reajuste salarial de 16%, ao mesmo tempo em que as universidades teriam um patamar aceitável de recursos para despesas de custeio e capital.

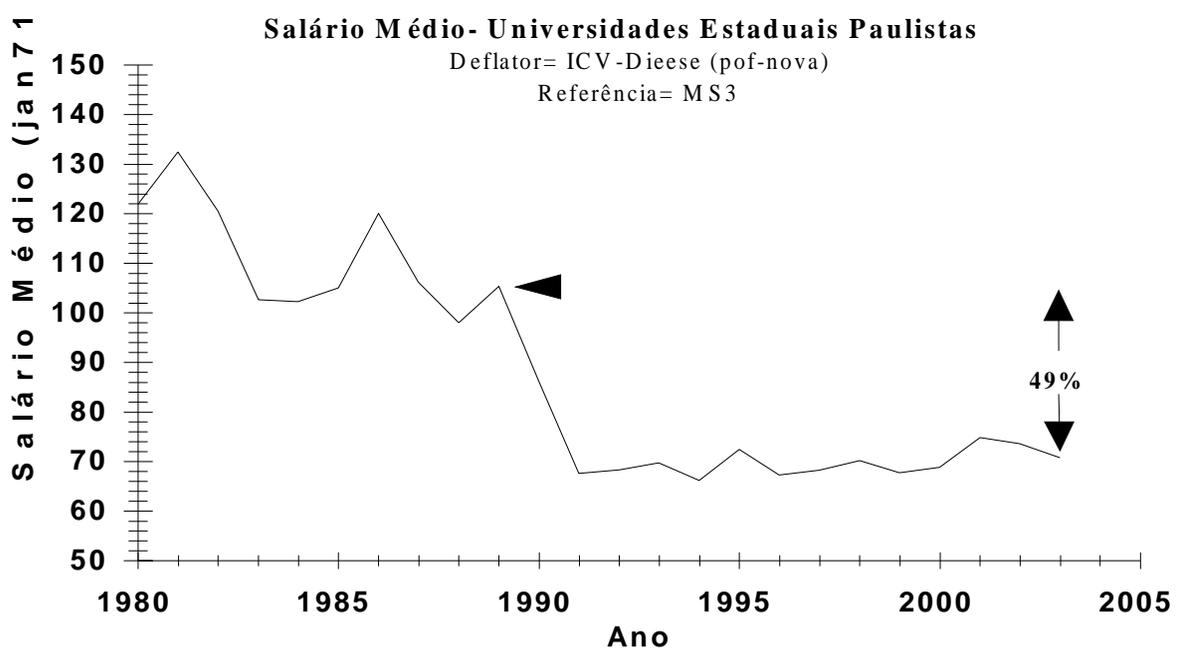
Mas, obviamente, a maior margem de elevação da arrecadação, com os necessários reflexos sobre as políticas públicas, resultaria do combate à evasão fiscal, que possibilitaria dobrar o montante recolhido pelo Estado. Devemos ter em conta que São Paulo (Estado e Municípios) tem recolhido para

o governo federal cerca de 12% de seu PIB, em tributos e transferências da União; é fácil perceber que o que sobra é absolutamente insuficiente para garantir serviços públicos de qualidade.

A tabela 1 mostra como ficaria o salário de um Professor Doutor em início de carreira, caso conquistássemos em maio próximo um reajuste de 16% (10,5% de correção inflacionária, mais 5% de recuperação de perdas), ou de 49% (recuperando o salário médio de 1989, pelo ICV-Dieese). Apenas para efeito de comparação, colocamos o salário de Professor Doutor na Unimep (inicial=Doutor-I, final=Doutor-III; lembramos que naquela universidade ainda há o “Doutor Titular”, que não está na tabela).

É fundamental, portanto que nessa campanha salarial agreguemos à nossa reivindicação salarial uma pressão sobre o governo para que sejam viabilizadas as necessárias condições de funcionamento para as Universidades Estaduais Paulistas e demais serviços públicos para a população do Estado.

Gráfico 2: Evolução do salário MS-3, 1980-2004



A nova página de nossa entidade já está no ar, desde o dia 29 de março. Agora é possível associar-se à Adunicamp e cadastrar-se em sua lista eletrônica de mensagens pela própria página.

Acesse: www.adunicamp.org.br

PAUTA UNIFICADA DE REIVINDICAÇÕES 2004

1. REAJUSTE E REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

- 16% JÁ! – reposição inflacionária e de perdas salariais;
- Definição de uma Política Salarial com acompanhamento das perdas salariais;
- **Reposição das perdas salariais de 72,22% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referente ao período de 1996-2003;**
- Devolução imediata dos 5% do salário confiscado pelo Governo Alckmin, desde Setembro/2003, retidos nas universidades.

2. DEFESA DOS DIREITOS DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

- Política Permanente de Contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
- Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários;
- Por uma dotação orçamentária própria para manutenção e ampliação da assistência estudantil nas três Universidades e no Centro Paula Souza: Moradia, Restaurante e bolsas de estudo e transporte;
- Fim de toda perseguição política nas Universidades, com a readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;
- Manutenção da autonomia de organização sindical e estudantil;
- Manutenção da isonomia salarial entre aposentados e o pessoal da ativa;
- Democratização do CEETEPS: pela manutenção e aprofundamento do vínculo e associação do Centro Paula Souza à Unesp e contra o projeto de transformação das FATEC em Centro Tecnológico;
- Isonomia no auxílio alimentação para todos os funcionários da USP, UNESP e UNICAMP, no valor de 50% do salário Mínimo.

3. DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS E DO CEETEPS

- Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Laica e de Qualidade sustentada no tripé ensino, pesquisa e extensão;
- Ação conjunta do Fórum das Seis e CRUESP contra as propostas que o Governo Federal intitula como “Reforma Universitária”, que visam destinar recursos para as instituições privadas de ensino e sucatear as públicas;
- Ação conjunta do Fórum das Seis e CRUESP junto à Assembléia Legislativa para aprovação em segundo turno da PEC 14 que garante definitivamente a destinação de no mínimo 9,57% da arrecadação do ICMS para as Universidades Públicas Paulistas na Constituição do Estado;
- Luta por ampliação dos recursos do ICMS, 11,6% para as Universidades Públicas e de 2,1% para o CEETESP;
- Expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado na cota parte do ICMS, garantindo o ensino público de qualidade;
- Contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior público;
- Discussão do papel dos Hospitais Universitários, preservando sua vinculação com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão nas áreas médicas, biológicas e farmacêutica.

URGENTE: Licença-prêmio em pecúnia

No próximo dia 20 de maio completa cinco anos desde a edição da lei complementar 857 do Estado de São Paulo. Esta lei trata da licença-prêmio e dispõe, em artigo único, que as licenças adquiridas até a data de sua edição podem ser solicitadas em forma de pecúnia. Pela interpretação conjunta desta lei com o Esunicamp, entendemos que as licenças vencidas até 20 de maio de 1999 podem ser solicitadas em forma de pecúnia, **até o dia 20 de maio de 2004**. Nossa assessoria jurídica está à disposição dos interessados e o requerimento está à disposição em nossa página (www.adunicamp.org.br)